**Estudos Técnicos Preliminares**

**CONTRATAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL**

# **Do objeto**

**1.1.** Com o advento da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão definiu novas regras na instrução processual para as contratações de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**1.2.** Diante de tal orientação, surge para toda administração pública a necessidade de aplicar de maneira efetiva o planejamento de suas contratações. Como se sabe, o planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

**1.3.** Nesse sentido, buscando inserir ao caso em tela, no que for aplicável, a Instrução Normativa n.º 05/2017-SEGES, o CRMV-ES apresenta este estudo preliminar que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, buscando atender, dentro do possível, as etapas previstas no art. 24, §1º.

**1.4.** Entretanto, considerando a necessidade do uso do sistema Comprasnet (portal de licitações) e o uso atual e esporádico com um fornecedor local, assim como o risco de paralisação de atividades desenvolvidas por esta Autarquia, tal necessidade se apresenta de forma prioritária, sendo o presente estudo desenvolvido pela demandante e um membro da área de licitações e contratos do CRMV-ES.

**1.5.** Por fim, os documentos norteadores das contratações pretendidas são os seguintes:

1.5.1. Lei 8.666/1993;

1.5.2. No que couber, a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017;

Decreto 9.215/2017;

1.5.3. Portaria IN nº 20/2017, que fixam os valores a serem cobrados pelos serviços prestados;

1.5.4. Portarias IN 283/18 e 256/18, a primeira estabelece as normas de publicação e pagamento e o segundo diretrizes para arrecadação e cobrança de atos oficiais; e

1.5.5. Outras normas/orientações aplicáveis à espécie.

**1.6.** Não há necessidade de classificar este Estudo Preliminar como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

# **2 Da necessidade da Contratação**

**2.1.** A presente contratação tem por finalidade garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas, a exemplo de suas publicações relativas aos poderes disciplinar e de aplicação de penalidades definidos nos artigos 32 e seguintes da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 (atividades atreladas às funções do CFMV/CRMVs), de forma contínua, eficiente e confiável, bem como obter a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da administração.

**2.2.** Ademais, a necessidade da contratação se dá em função da obrigatoriedade de a Administração Pública dar publicidade a seus atos oficiais, assim determinado na Constituição Federal de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte: [grifo nosso].

**2.3.** Registra-se, ainda, que o Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV-ES utiliza-se dos serviços conforme a necessidade, sem nenhum contrato firmado com empresa, e sim a medida da necessidade é feito contato com fornecedor local, o qual terá seus trabalhos encerrados. Os gastos com a execução se demonstra referente aos últimos 3 (três) anos, conforme se identifica do abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **VALOR DAS PUBLICAÇÕES (R$)** | |
| **2019** | 14.317 |
| **2020** | 6.599,05 |
| **2021** | 8.000,00 |

**2.4.** Diante disso, embora os gastos nos últimos 3 anos sejam de valor estimativo, os gastos com sua execução devem observar o limite de 25%, conforme a previsão contida no art. 65 da Lei 8.666/93. Nesse sentido, foi orientado pela assessoria jurídica do CRMV-ES sobre a impossibilidade da análise do processo nº. 75/2022. Sendo assim, o TERMO DE REFERENCIA é recomendando a realização de uma nova contratação por meio de um estudo preliminar com a indicação de gastos mais aproximados a realidade.

**2.5.** Desta forma, após efetiva análise das prestações de serviços e publicações realizadas, assim como das experiências vivenciadas, restou evidente a necessidade de aperfeiçoamento no modelo atual de contratação, em especial, quanto aos seguintes aspectos:

**2.6.** O valor a ser contratado, conforme planejamento contábil 2022 é de R$ 30.000,00 anuais, tendo por base o histórico de consumo dos anos de 2019 a 2021.

**2.7.** O prazo de vigência do próximo contrato a ser celebrado seria indeterminado, conforme Orientação Normativa AGU nº 36/2011, que diz que o serviço prestado pela Imprensa Nacional por ser serviço público essencial poderá ser contratado por prazo indeterminado.

**3 Da referência a outros instrumentos de planejamento do órgão**

**3.1.** Em abril de 2021, assumiu a atual Diretoria do CRMV-ES para o triênio de 2021 - 2024. Vale ressaltar que mesmo a diretoria sendo empossada em MARÇO, não houve transição entre as duas gestões de forma adequada. Por esse motivo, decidiu-se por interromper os projetos em andamento, o que provocou uma ruptura no plano de atividades elaborado pela equipe anterior.

**3.2.** De todo modo, o primeiro ano de gestão foi voltado a promover um diagnóstico e reestruturação organizacional e administrativa, incluindo-se o desenvolvimento de políticas de gestão de pessoas para valorizar e desenvolver o corpo funcional. Outro aspecto relevante se refere à própria sustentabilidade do Sistema CFMV/CRMV’s que, na forma da lei, tem sua autonomia administrativa e financeira e, consequentemente, não recebe quaisquer recursos de Governos.

**3.3.** Como se sabe, o CRMV-ES trabalha no detalhamento da legislação que define os limites da atuação dos profissionais e das empresas, minimizando os riscos relacionados às suas evasões. Essas ações visam subsidiar o CRMV-ES e ampliar sua percepção sobre os riscos e a garantia do cumprimento de sua missão.

**3.4.** Portanto, os desafios atuais exigem do CRMV-ES novos passos na sua modernização de estilo de gestão, promovendo a construção de um planejamento estratégico participativo norteados pela Inovação e Transparência.

**3.5.** Com isso, a presente contratação, mesmo atuando indiretamente no alcance da meta, é de fundamental importância para o auxílio da atividade-fim do CRMV-ES, já que proporcionará o devido suporte às atividades administrativas, atendendo aos requisitos constitucionais de publicidade dos atos administrativos.

# **4 Dos requisitos da Contratação**

**4.1.** DA NATUREZA CONTINUADA.

4.1.1. Os serviços objeto do presente estudo são de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas.

4.1.2. Veja que o princípio constitucional de publicidade estabelece o dever de assegurar que todas as decisões ou atos praticados pela administração pública serão transparentes, para que a população possa verificar que seus interesses seja ele particular ou coletivo estão respeitados, e que a vontade pública está sendo realmente comprida.

4.1.3. Já não bastasse isso, tal necessidade se torna ainda mais indeclinável, por parte do CRMV-ES, diante das publicações relativas aos poderes disciplinar e de aplicação de penalidades definidos nos artigos 32 e seguintes da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 e a atividade de forma contínua, eficiente e confiável, bem como obter a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da administração.

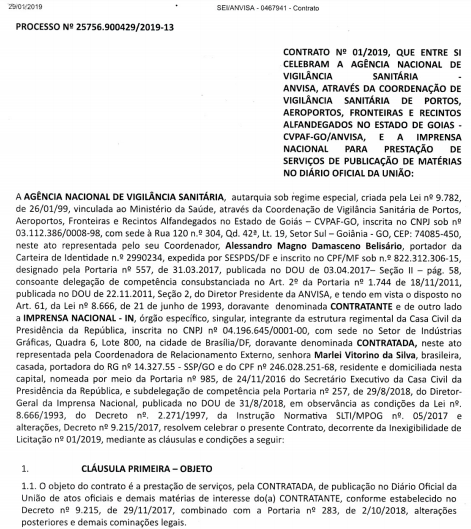
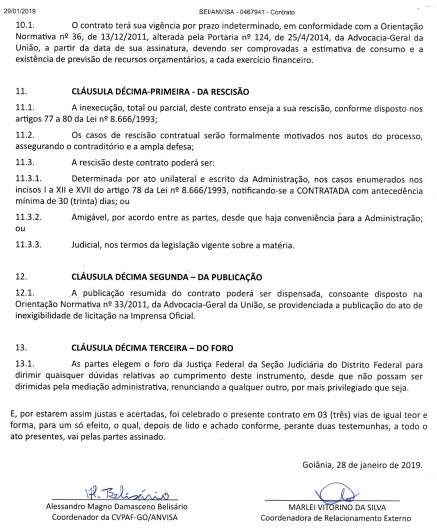
* 1. DA DURAÇÃO DO CONTRATO.

4.2.1. Em razão da inexistência de outra entidade responsável para prestar este tipo de serviço de publicações no âmbito dos órgãos públicos federais, assim como diante da necessidade de implementar novas melhorias na presente contratação, justifica-se a adoção de prazo INDETERMINADO ao futuro contrato, tendo em vista a vantagem gerencial para o CRMV-ES que deixará de realizar diversos procedimentos para justificar as contratações e prorrogações a cada 12 (doze) meses.

4.2.2. Tal medida, inclusive, vem sendo adotada por diversos órgãos da administração pública, seguindo a Orientação Normativa AGU nº 36/2011, alterada pela Portaria 124/2014, da Advocacia-Geral da União, devendo ser comprovadas as estimativas de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários, a cada exercício financeiro, assim vejamos:

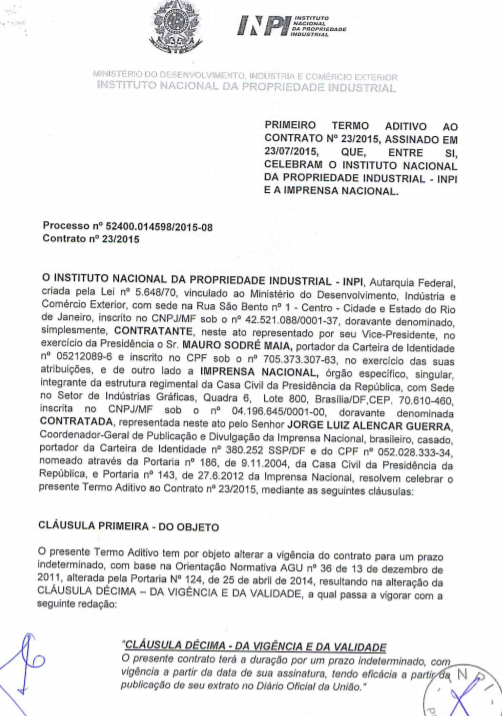
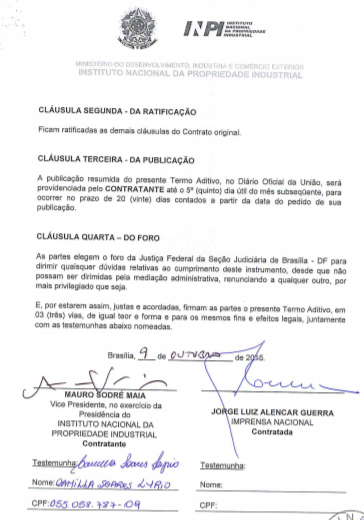
**Contrato n.° 01/2019-Anvisa**

<http://portal.anvisa.gov.br/documents/4072282/5307667/CONTRATO+01.2019+-+IMPRENSA+NACIONAL+-+Publica%C3%A7%C3%A3o+no+Di%C3%A1rio+Oficial+da+Uni%C3%A3o/f82c91c2-bb5f-4e6b-9cfa-cf63861706a9>

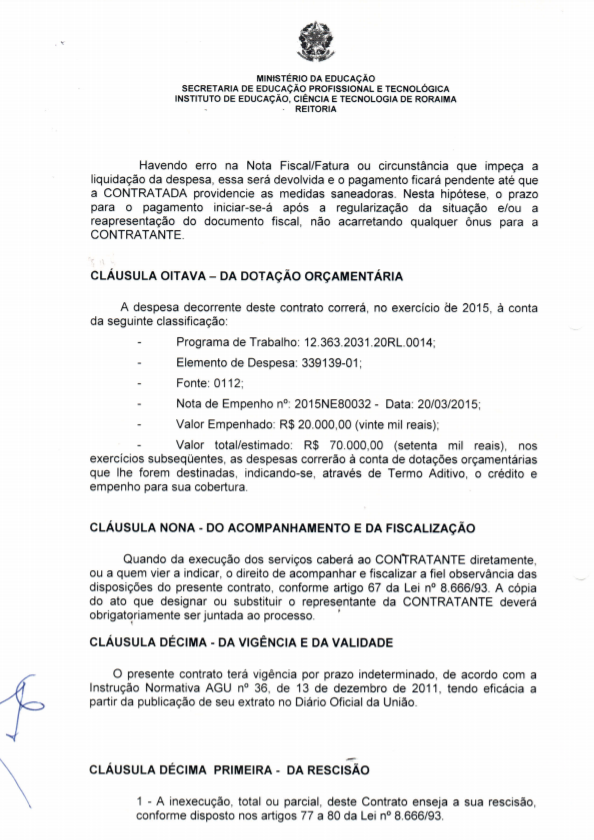
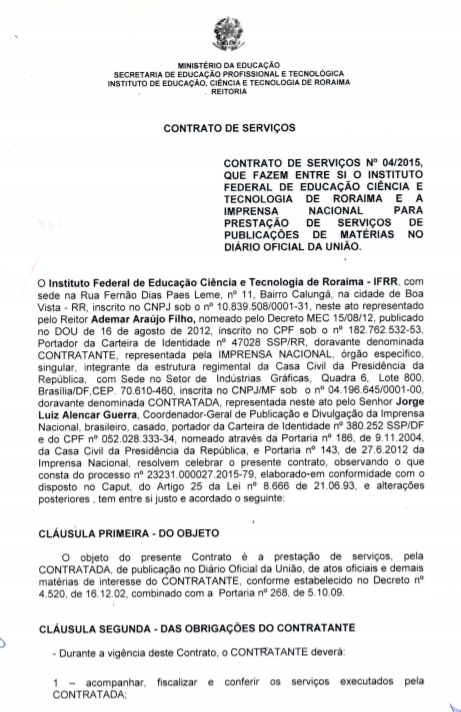
**Contrato n.° 23/2015-INPI**

[<http://www.inpi.gov.br/acesso-a-informacao/Arquivos%20contratos%202015/inpi-contrato-2015-023-imprensa-nacional-1-ta.pdf/view>](file:///C:\Users\asilva\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\michel.lima\Downloads\INPI%20CONTRATO%202015%20023%20IMPRENSA%20NACIONAL%201%20TA.pdf)

**Contrato n.° 04/2015-IFRR**

<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos/contratos/reitoria/2015/contrato-04-2015-imprensa-nacional-dou/1-%20Contrato%2004.2015%20-%20Imprensa%20Nacional%20-%20DOU.PDF>



**4.3.** DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

4.3.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir da assinatura do contrato.

**4.4.** DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4.4.1. As atividades a serem desenvolvidas compreendem a publicação de atos oficiais desta Administração no Diário Oficial da União, que serão apresentadas em detalhes técnicos no Termo de Referência.

**4.5.** DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.5.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na minuta contratual, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.5.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

# **5 Da estimativa das quantidades e preços referenciais**

**5.1.** Como se sabe, o custo efetivo do objeto em questão é o resultado do valor unitário por centímetro de coluna de publicação no Diário Oficial da União, conforme Portaria n.º 20/2017-IN.

**5.2.** Diante disso, torna-se impossível indicar de maneira objetiva os quantitativos (centímetros) que serão necessários durante todo o período de execução do contrato, pois o CRMV-ES pode poderá divulgar um simples extrato/aviso ou até mesmo uma Resolução, ou seja, uma grande variedade de matérias.

**5.3.** Entretanto, para uma definição do valor referencial estimativo, foi levantado o histórico de consumo com os serviços de publicação, conforme se apresenta abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **VALOR DAS PUBLICAÇÕES (R$)** | |
| **2019** | 14.317 |
| **2020** | 6.599,05 |
| **2021** | 8.000,00 |

**5.4.** Após apuração de todos os gastos, considerando o aumento expressivo do consumo com o de serviço de publicação, a definição do valor estimativo para a futura contratação foi obtida com base na MÉDIA histórica de consumo dos últimos 3 (três) anos, com um acréscimo de 40% (quarenta por cento), como margem de segurança, considerando que ainda faltam 9 (nove) meses de execução do presente exercício.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **VALOR UTILIZADO** | **MÉDIA** | **MARGEM 40%** | **VALOR ESTIMADO** |
| 2019 | R$ 14.317,00 | R$ 9638,68 |  |  |
| 2020 | R$ 6.599,05 | R$ 3855,47 | **R$ 13.494,15** |
| 2021 | R$ 8.000,00 |  |  |

**6 Do levantamento de mercado e da justificativa da escolha**

**6.1.** No presente caso, não houve necessidade de analisar contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, uma vez que a Imprensa Nacional, por se tratar de entidade pública, já dispõe de procedimentos padronizados para a realização de contratações com outros entes públicos.

**6.2.** Desta forma, a Imprensa Nacional, conforme o art. 2º, do Decreto n.º 9.215/2017, compete publicar e divulgar os atos oficiais da Administração Pública Federal.

**6.3.** Diante disso, a contratação direta do serviço de publicação de matérias de caráter oficial no Diário Oficial da União, por INEXIGIBILIDADE, fundamenta-se no disposto no art. 25 Caput, da Lei nº 8.666/93. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, pronunciou-se:

*[ACÓRDÃO AC-5249-44/2008-1] (…) 9.5. Determinar à Direção-Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí que: (…) 9.5.15. Enquadre corretamente, como de inexigibilidade, nos respectivos processos as hipóteses de contratação direta de serviços de Correios, Agua e Imprensa Nacional, com fundamento no art. 25, da Lei 8.666/93, e não de dispensa de licitação;*

**6.4.** A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade fática, lógica ou jurídica de competição, conforme lição da professora Maria Sylvia Zanella di Pietro, na obra “Direito Administrativo”. - 22. ed. – São Paulo: Atlas, 2009, p. 365:

*“Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável.”*

**6.5.** Dessa forma, a inexigibilidade de licitação pressupõe a impossibilidade de competição quando existir um único objeto ou pessoa que atenda às necessidades da Administração.

**7 Da estimativa do valor**

**7.1.** Como se sabe, a pesquisa de preços é procedimento prévio e indispensável à verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública, quer sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta.

**7.2.** No caso em comento, conforme fixado pela Portaria IN n. 20, de 1º de fevereiro de 2017, os custos por centímetro de coluna para publicação nos Jornais Oficiais são de R$ 33,04 (trinta e três reais e quatro centavos), ou seja, é uma cobrança padrão em todos os seus contratos firmados.

**7.3.** Ademais, mesmo com a edição do Decreto n.º 10.031/2019, que dispõe sobre a isenção de cobrança para as publicações no Diário Oficial da União realizadas por órgãos e entidades que integram o Orçamento Geral da União, o CRMV-ES está obrigado ao pagamento pela prestação do serviço, assim vejamos:

“Art. 15.  Estarão sujeitos a pagamento para publicação no Diário Oficial da União os atos originários de:

I - empresas estatais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral;

II - fundações federais de direito privado com natureza pública;

III - outros entes federativos, inclusive de suas entidades vinculadas;

IV - pessoas jurídicas de direito público externo;

V - conselhos profissionais;

VI - serviços sociais autônomos; e

VII - particulares em geral, inclusive de pessoas físicas.” (NR)

**7.4.** Com relação ao valor contratado, não há que se falar em contratação pelo menor preço, pois há o monopólio da prestação do serviço por concessionária ou empresa pública. Assim sendo, não existe a menor possibilidade de alternativa à contratação com o fornecedor que se apresenta.

**7.5.** De todo modo, alinhando-se à IN n.º 05/2014 (art. 2º, §3º)[[1]](#footnote-1), assim como ao entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão n.º 1565/2015-Plenário)[[2]](#footnote-2), as justificativas de preços, nos casos de inexigibilidade, devem, preferencialmente, ser realizadas mediante a comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas, foram juntados no presente estudo a Portaria IN n.º 20/2017 e contratos firmados com a Imprensa Oficial, demonstram assim os custos de mercado para o tipo de contratação.

**8 Da descrição da solução como um todo**

**8.1.** Quanto à contratação em questão, trata-se de hipótese em que a Administração Pública se situa na qualidade de usuária ou consumidora de serviço público, em condição de igualdade como qualquer outro usuário, vinculada através do contrato de adesão e de consumo, em que as regras são predominantemente privadas.

**8.2.** A contratação em tela NÃO se utilizará de mão de obra com dedicação exclusiva, ou seja, diversas recomendações contidas na IN Seges/MPDG nº 5/2017, não se aplicam ao caso concreto.

**8.3.** A remuneração será pelos serviços efetivamente prestados com base nos valores da Portaria da Imprensa Nacional nº 20/2017, e posteriormente Portaria IN/SG/PR Nº 110, de 18 de março de 2022, em consonância com anexo V, item 2.6, alíneas “d” e “d.1” da IN Seges/MPDG nº 5/2017, com prestação dos serviços requisitados pelo CRMV-ES.

# **9 Da justificativa para o parcelamento ou não da solução**

**9.1.** É sabido que os objetos, quando divisíveis, são obrigatórias suas aquisições por item e não por preço global, conforme previsto no art. 23 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e Súmula 247 do TCU.

**9.2.** Tal medida visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

**9.3.** No caso em comento, os serviços a serem contratados envolvem a publicação no Diário Oficial da União de atos oficiais e demais matérias de interesse da contratante.

**9.4.** Sendo assim, no presente caso, há somente um item a ser contratado e apenas uma empresa apta a prestar o serviço.

# **10 Dos resultados pretendidos**

**10.1.** Destaque-se que inexistem quadros funcionais do CRMV-ES capazes de desempenhar a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

**10.2.** Ademais, trata-se de contratação de serviços prestados por empresa pública criada para atender especificamente a finalidade a que se destina, o que afastaria a prestação de tais serviços por outros entes públicos ou privados.

**10.3.** Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento da fatura mensal.

**10.4.** O resultado pretendido é aquele definido quando da descrição da necessidade da contratação.

# **11 Das providências a serem adotadas pela administração**

**11.1**. Não há necessidade de adequação do ambiente físico, uma vez que os serviços serão prestados pela estrutura física e de pessoal da futura contratada.

**11.2.** Quanto à necessidade de capacitação dos servidores que atuam nas fases de contratação e de fiscalização dos serviços, tais ações estão sendo implementadas como medida de boa gestão, a exemplo das capacitações que já foram oferecidas aos servidores do CRMV-ES.

# **12 Das contratações correlatas e/ou interdependentes**

**12.1.** No caso em tela, não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

**12.2.** Entretanto, tal contratação se torna inescusável diante obrigatoriedade da Administração Pública em dar publicidade a seus atos oficiais, assim tal condição determinado na Constituição Federal de 1988:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

# **13 Da declaração de viabilidade ou não da contratação**

**13.1.** Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, declaro que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação

( ) NAO E VIAVEL a presente contratação

Vitória, 21 de março de 2022.

Gabriella Karina Damacena

Assessora da Secretaria Geral

Matrícula nº 049

1. ***IN 05/2017*** *- Art. 2º  A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: (...)§3º  Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.* [↑](#footnote-ref-1)
2. **TCU. Acórdão 1565/2015-Plenário** - A justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. [↑](#footnote-ref-2)